



OPINIÃO

ECONOMIA, ENERGIA E POLÍTICA NO FEMININO

AUTORA

Fernanda Delgado

Agosto 2020



DIRETOR

Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

ASSESSORIA ESTRATÉGICA

Fernanda Delgado

EQUIPE DE PESQUISA

Coordenação Geral

Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

Superintendente de Ensino e P&D

Felipe Gonçalves

*Coordenação de Pesquisa do Setor
O&G*

Magda Chambriard

*Coordenação de Pesquisa do Setor
Elétrico*

Luiz Roberto Bezerra

Pesquisadores

Acacio Barreto Neto

Adriana Ribeiro Gouvêa

Ana Costa Marques Machado

Angélica Marcia dos Santos

Flávia Porto

Gláucia Fernandes

João Teles

Kárys Prado

Marina de Abreu Azevedo

Paulo César Fernandes da Cunha

Rodrigo Lima

Estagiária de Pesquisa

Melissa Prado

PRODUÇÃO

Coordenação

Simone C. Lecques de Magalhães

Execução/diagramação

Thatiane Araciro

SOMOS TODOS INESCAPAVELMENTE HUMANOS E O VETOR TEM QUE SER PROGRESSIVO, SEMPRE.

Segundo o IBGE, 38% das famílias brasileiras são lideradas por mulheres e algumas incluem homens que têm dificuldades de inclusão econômica. Ademais, há uma concentração de mulheres em empregos com baixa remuneração, menor prestígio, carência de proteção legal e reduzida qualificação, ainda que no Brasil as mulheres tenham um nível educacional mais alto que os homens.

A partir disso, percebe-se uma “feminilização” da pobreza, um fenômeno assustador, porém, reflexo da ordem assimétrica que privilegia homens em detrimento das mulheres. No que se refere ao papel social, tal ordem assimétrica subjuga ainda mais a participação da mulher na sociedade economicamente ativa. Que mulher nunca foi diminuída no seu ambiente de trabalho? Ou desrespeitada? Todas as mulheres têm pelo menos meia dúzia de histórias desse tipo para contar.

Em um mercado onde há uma hipervalorização dos atributos masculinos, torna-se importante mostrar que as diferenças somam, e o feminino diversifica e engrandece. Especialmente, a pandemia trouxe uma miríade de oportunidades de aprendizagem, mas onde apenas os homens falam. Quase sempre, apenas o ponto de vista masculino é convidado a contribuir e partilhar. Dessa forma, para que o novo normal não conte apenas com a visão de um grupo fazendo um retrocesso no espaço em que a diversidade é conquistada com enorme esforço (Ilana Trombka, 2020), a FGV Energia, em parceria com a Agência epbr, congregou líderes mulheres para discutir como construir mercados e sociedades plurais, olhando homens e mulheres como indivíduos.

A interligação entre política, economia e energia é premente e urgente. Coadunar variáveis e interesses tão díspares em termos de políticas públicas, o papel do Estado e da iniciativa privada no futuro econômico do país é um desafio enorme. O futuro não tem gênero, mas as discussões e os pontos de vista sim. E para essa discussão as convidadas foram Ana Marta Veloso (Presidente, Light), Ilana Trombka (Diretora-geral, Senado Federal), Renata Isfer (Procuradora Federal e ex-Secretária de Petróleo

e Gás, MME) e Silvia Matos (Coordenadora do Boletim Macro, FGV-IBRE). A proposta foi promover um debate e, a partir dos insights do webinar, construiu-se este documento, baseado nas considerações das panelistas e nas trocas de perguntas que visaram o estímulo ao pensamento crítico das participantes.

Agradecemos a enorme contribuição das palestrantes para um debate cada vez mais necessário. Agradecemos também à Bruna Parizotto, do capítulo estudantil da SPE da UDESC, e a João Victor Marques da EGN, pela primorosa revisão do texto final. Enfatizamos que ciência se faz com cooperação e empenho; e esta publicação é o reflexo disso.

Desejamos a todos uma excelente leitura e muitos insights para reflexão!

POLÍTICA

SOMOS TODOS SERES POLÍTICOS

Ilana Trombka, Diretora Geral do Senado, abriu o debate contando uma história: “sou diretora-geral do Senado vão fazer seis anos, e quando eu tinha assumido há pouco tempo, eu estava em um churrasco na casa de um amigo aqui em Brasília e a pessoa me perguntou onde eu trabalhava. Eu disse que no Senado. Ela me perguntou onde. Eu disse que na diretoria-geral. E ela perguntou o que eu era. Eu disse: a diretora-geral. Ela olhou e disse: ‘ah já sei, você é diretora-geral de qual área?’. Eu sou diretora-geral, geral. Ela me perguntou: ‘você é diretora-geral dos serviços gerais?’. Não, eu sou a diretora-geral do Senado. A pessoa ficou com uma cara sem entender. O Senado teve, durante 14 anos, um diretor-geral que é muito conhecido em Brasília porque ele é Deputado Distrital. E eu disse: ‘eu sou que nem era o Agaciê!’. Ela olhou e disse: ‘sério?’. Eu disse: ‘sério!’. Ela me olhou, bem séria, e disse assim: ‘que curioso!’ E eu perguntei: ‘curioso por quê?’”.

Neste mundo da política é que as decisões - as quais todos os indivíduos de uma nação estão subordinados - são tomadas. E, por isso, há a necessidade de engajamento e participação da população, o que é ainda mais latente em um momento de pandemia. Em administração de empresas, usa-se o termo cisne-negro para essas questões não planejadas que acontecem em uma organização, em um país ou em um grupo. O que ocorre atualmente é, na verdade, uma tempestade de cisnes-negros. Consequentemente, a política fica ainda mais importante em seus três níveis. Trata-se de um ano de eleições municipais, e ficou muito claro com a pandemia como há uma composição entre os poderes. Isso significa que não há uma superposição do poder federal sobre o estadual e sobre o municipal, há uma composição. Talvez a falta de exercício dessa composição esteja se fazendo valer e custando uma enormidade de vidas para o Brasil, pois o que se percebe é uma falta de articulação impressionante entre os poderes municipais, estaduais e federal. Enquanto isso, o cidadão, que se encontra abaixo desses três guarda-chuvas, já está perdido por causa pandemia e não encontra um unísono dos seus representantes.

Dessa forma, o momento pandêmico é uma amostra da relevância da população no envolvimento político, não exatamente o envolvimento partidário na política, mas envolvimento participativo nas decisões políticas, e muito mais importante, agora a menos de 90 dias das eleições, saber os representantes a serem escolhidos.

ECONOMIA

O ENCOLHIMENTO DOS PIBs

Silvia Mattos também compartilhou uma experiência pessoal: “no ano passado, eu recebi um prêmio, fiquei muito honrada com ele, de economista-chefe de 2019. É um prêmio da Ordem de Economistas do Brasil. Fui a segunda mulher a receber esse prêmio. Então, fiz muita questão de nesse dia, a minha filha, na época com 14 anos, participar do evento, ela me entregar o prêmio e, ao mesmo tempo, trouxe minha equipe e fiz questão de valorizar a parte feminina. É uma questão importante mostrarmos como é relevante formar pessoas e, principalmente, mulheres no mercado de trabalho tão competitivo. E é através da educação e do conhecimento que superamos barreiras. Esse é o exemplo, pelo menos da minha parte eu tento fazer bastante, com muito esforço e muita dedicação. Então, é um prazer trabalhar no IBRE e construir uma carreira e, ao mesmo tempo, ajudar com outros profissionais no ramo. Fico muito honrada com essa minha função, além de Economista, tentar fazer projeções sobre a economia brasileira”.

Economicamente trata-se de um momento extremamente difícil. Trata-se de um momento diferente, atípico e com questões que vão além da economia. Questões relacionadas à saúde, com impactos sociais econômicos e políticos relevantes. É um momento de muita incerteza nesse cenário prospectivo.

O impacto dessa crise, sem precedentes históricos no Brasil e no mundo, tem um ponto importante não homogêneo em todos os setores da economia: muito mais expressivo no setor de serviços, que tem uma relevância maior para o PIB e para o emprego. E, no Brasil, o setor de serviços engloba uma parcela muito grande de informalidade, pesando o fato de que somente com uma vacinação em massa poderá haver, de fato, a normalização dos setores de serviços e alguma expectativa em relação à superação da crise.

Do ponto de vista financeiro, o mundo está sendo inundado com liquidez: as bolsas se valorizaram e os mercados se acalmaram, em uma espécie de anestesia diante de um choque. Porém, como não é apenas uma crise financeira, não basta apenas a política monetária com atuação nos gastos públicos, os governos precisam também cumprir o papel de segurador, dando garantia de empréstimos para as empresas e, principalmente, para as micro e pequenas que não conseguem crédito. E o Brasil

segiu a tendência mundial: alguns setores se recuperaram mais rapidamente, como a indústria e comércio, depois de tanta injeção de recursos e de manutenção de renda. Mas ainda há a pandemia no Brasil, e com isso o setor de serviços não volta à normalidade totalmente. Espera-se que o pior momento tenha passado, apesar de restarem muitos desafios. A pergunta a ser discutida é: como vai ficar a economia? Como a economia caminhará à medida que esses estímulos forem sendo retirados da economia?

SEM CRESCIMENTO ECONÔMICO, SEM POLÍTICAS PÚBLICAS

A primeira questão, infelizmente, é a incerteza instaurada e a larga quantidade de políticas de estímulos, não existindo, infelizmente, muito espaço para a manutenção das mesmas. Por exemplo, o auxílio emergencial custou R\$ 50 bilhões em agosto de 2020, enquanto que o Bolsa Família custa R\$ 33 bilhões ao ano. As magnitudes dos valores são completamente distantes e, infelizmente, atrelados à realidade fiscal brasileira. Nesse sentido, a atual grande preocupação é com a solidez fiscal. Ainda não se sabe exatamente a extensão e a situação fiscal com que o país sairá de 2020, porque a economia perde um pouco de tração depois desses estímulos.

Trata-se de uma situação com números muitos elevados. Hoje o país tem uma dívida bruta equivalente a 96% do PIB e não se sabe ainda qual será o déficit no próximo ano. Ademais, é relevante notar que o setor público brasileiro já entrou muito endividado nesta crise. Além disso, o câmbio se desvaloriza mais quando comparado a outros países também. Trata-se de amenizar o choque de curto prazo, mas perdendo um pouco o horizonte de médio e longo prazo - com o risco da volta de uma crise fiscal.

Ainda na discussão e no entendimento da questão da rede de proteção social, cabe perceber que, apesar da importância do debate, este deve ser feito sem comprometer as contas públicas. Não adianta ter a retomada do crescimento se não houver recursos de alguma forma para continuar com essas políticas. Haverá uma situação em que sem crescimento não tem como fazer políticas sociais relevantes, sendo necessário elencar dois argumentos.

Primeiro, para discutir mais políticas sociais importa focalizar os programas e avaliá-los. É preciso tentar olhar o setor público da melhor maneira possível, fazendo uma revolução dos gastos públicos, uma vez que se trata de uma demanda social muito grande. Tendo estes gastos um alto índice de ineficiência, a eficiência do gasto público sempre foi, portanto, muito premente no Brasil. Então, a discussão de toda a agenda

da política social deve ser pautada com a lente da eficiência, de modo que o gasto público chegue em quem realmente precisa e da maneira mais correta possível. Segundo, nesse cenário nebuloso de incerteza fiscal que eleva a imprevisibilidade macroeconômica e inibe o investimento, torna-se possível manter algum consumo das famílias com políticas, mas, ao mesmo tempo destrói-se o investimento capaz de gerar crescimento de longo prazo. Então, é necessário ponderar, uma vez que para os investimentos a palavra-chave é previsibilidade em relação à macroeconomia e à política econômica.

Ao avaliar o crescimento econômico, pode-se imaginar que seja fácil gerá-lo, porém, trata-se de um processo muito difícil, pois a discussão de crescimento também é uma agenda de produtividade. E, a agenda de produtividade é difícil, porque é um fator que gera crescimento de longo prazo e requer uma mudança contínua, necessária e longa. Caracteristicamente, as reformas têm efeitos de médio prazo, enquanto que o gestor político sempre quer resultado de curto prazo e o crescimento, por fim, é uma questão de longo prazo. Assim, é necessário fazer política hoje para gerar resultados um pouco demorados, o que gera um conflito entre os economistas e os interesses políticos que, infelizmente, acaba dominando em detrimento da agenda de reforma.

É claro que se trata de um momento de preocupação muito grande em aumentar o crescimento. Então, primeiro, é importante criar um ambiente de negócios favoráveis ao investimento e às empresas que são mais produtivas. No fundo, é necessário ter um ambiente institucional e um regime tributário que incentive aquelas empresas a crescerem mais, enquanto que as empresas não produtivas deveriam sair do mercado. O Brasil tem diversos regimes especiais e políticas de subsídio que alongam a ineficiência. Essa é uma agenda difícil e precisa ser combatida, pois somente assim se geraria crescimento de médio prazo. Por exemplo, em relação ao regime tributário simples, todos os estudos mostram o seu custo fiscal altíssimo e a ausência de produtividade. Além disso, encontra-se também a importância da educação de qualidade, o famoso Capital Humano, que vai ser mais necessário ainda com o choque de demanda decorrente do intensivo uso de tecnologias. Hoje, com a pandemia é uma questão mais premente. E, sem dúvida, melhorar a infraestrutura, pois em qualquer parâmetro dessa área o Brasil se encontra muito atrás do que os demais países.

Há ainda uma questão central que é a fragilidade institucional e o interesse difuso da sociedade como um todo. O Estado é muito vulnerável, pois enquanto passam e mudam governos, o Estado permanece suscetível à captação de grupos de interesse, o que se reflete não somente em uma crise fiscal, mas também nesse ambiente de negócio disfuncional.

A crise, infelizmente, tem gerado um aumento desse conflito distributivo, em que cada grupo procura proteger seus interesses à custa do restante da sociedade. Trata-se de um ambiente de negócios disfuncional, que além de não gerar crescimento elevado sustentável, mantém grupos de interesse se beneficiando disso. Todo debate hoje é tentar ser o mais técnico e isento possível, bem como menos político possível, em defesa da concorrência e daquelas políticas que geram resultados efetivos do ponto de vista da eficiência locativa, o que irá gerar crescimento econômico no Brasil. Fala-se muito sobre políticas liberais, mas no fundo as políticas brasileiras têm muito do patrimonialismo, e ainda é necessário avançar para poder ter um crescimento, de fato, em médio e longo prazos mais elevados. Caso contrário, será novamente um “voo de galinha”. Para o próximo ano, pensa-se em um crescimento de PIB de 2,4% por conta de todos os desafios do setor de serviços, do emprego, mas, ao mesmo tempo, a questão é como o Brasil vai conseguir crescer de uma maneira sustentável em 2,5% no médio prazo.

POLÍTICA

POLÍTICA E ECONOMIA NÃO SE OPÕEM, SÃO COMPLEMENTARES

Faz-se necessário entender que há toda uma lógica de encadeamento quando os setores econômicos são trabalhados. Tal encadeamento termina na principal célula da sociedade: o ser humano. Esse ser humano está em todos os setores e é claro que são necessárias políticas de curto, médio e longo prazo. A discussão da COVID-19 se perdeu quando se quis colocar o que era mais importante, se era a saúde ou a economia. E, então, passou uma discussão, mas se a pessoa morrer, ela não vai consumir, argumentou **Ilana**.

Esses elementos não se opõem, mas se complementam. Não tem como separar a economia da política porque o sistema é democrático e pressupõe eleições periódicas. Por sua vez, quem vota não são as empresas e os segmentos, mas as pessoas, de modo que o eleitor quer saber se a vida dele melhorou ou piorou naqueles últimos quatro anos, ao invés de nos últimos dez ou quarenta anos. Então, se não há entendimento de que a complexidade é essa, sempre se penderá para um lado ou para outro, e talvez a riqueza esteja em não pender, mas em construir junto, criar e achar

soluções conjuntamente. Quando essas soluções são colocadas como opostas, perdemos a oportunidade de entender a lógica.

Esses aspectos revelam a necessidade de aprender a trabalhar em conjunto, porque, infelizmente, o Brasil já não estava em uma situação econômica muito favorável antes da pandemia. Não haviam muitos recursos, mas as políticas reformistas foram necessárias porque era isso ou muito pior do que isso, pois, finalmente, as pessoas que não têm emprego e não têm renda sucumbem à violência, que repercute em barbárie. A barbárie não favorece nenhum mercado porque se utiliza de elementos que são completamente fora do escopo legal. Esse é o debate que tem que permear todo setor, porque todos estão inseridos nele. Enfim, é necessário cocriar políticas de curto, médio e longo prazo, sem deixar de entender que se trata de em período eleitoral, no qual estaremos de novo em dois anos, e que isso, sim, é um fator influenciador de toda definição política.

Todos os segmentos precisam ter a noção de que o Brasil é, efetivamente, uma única comunidade, ou seja, uma comunidade de brasileiros, e, além disso, a pandemia também demonstrou o quanto é importante a colaboração entre as nações.

Os conceitos não estão muito claros ainda. Não está claro, por exemplo, o quanto de cooperação, competição e sacrifício são necessários no curto prazo, quanto tempo é esse longo prazo, o que é esse amanhã e, por fim, o que é esse novo normal. Planejar sob a incerteza é um desafio. Se há uma dificuldade em planejar com uns parâmetros um pouco mais seguros no Brasil, planejar sem os mesmos é ainda mais difícil. Nesse sentido, o melhor são os exemplos de solidariedade que salvaram vidas e que ajudaram pessoas que não tinham o que comer. Ademais, aprender a trabalhar realmente juntos e entender que, neste momento, todo mundo terá que perder um pouco. O futuro é mais pobre e mais triste. À medida que ele for assim, haverá o entendimento de que ninguém vai sair ganhando da pandemia. Ninguém, nem que seja pelo aspecto emocional.

ENERGIA

PREVISIBILIDADE É A CHAVE

No setor energético, por sua vez, **Renata Isfer** mencionou que fazer política pública de energia não é algo simples. A energia, independentemente se óleo, energia elétrica ou gás natural, precisa de uma política que reverbere. Tem-se um efeito em um elo da cadeia que produz efeitos em outros setores. No entanto, em um momento de pandemia tudo se agrava, pois cada segmento vai solicitar um auxílio para os efeitos que seu setor sofreu: sejam distribuidores, sejam representantes dos biocombustíveis, os quais muitas vezes possuem interesses antagônicos.

Existe uma série de pleitos relacionados a efetivas preocupações com a continuidade da prestação de serviços de energia, os quais precisam ser bem sopesados para, em uma política emergencial, não acabarem se tornando empecilhos no longo prazo. E para tal, manter a eficiência e a coesão regulatória é essencial.

No início da pandemia, houve um arrefecimento forte da demanda por energéticos: pessoas em *lockdown* e redução da mobilidade acarretaram baixa demanda de combustíveis e, conseqüentemente, drástica queda do preço do petróleo no mercado internacional. Com efeito, ocorreram demissões de trabalhadores e adiamento de projetos no setor. Dessa forma, foi entendimento do governo federal que a realização de quaisquer dos leilões de áreas de exploração de petróleo e gás natural que estavam planejados para 2020 seria certamente mal sucedido.

Dentre o leque de opções momentâneas, optou-se pela manutenção da oferta permanente, onde são colocados blocos permanentemente ofertados e a empresa, no tempo em que estiver preparada, pode realizar seu estudo e manifestar interesse à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Fez sentido, então, incluir mais blocos na oferta permanente e, além disso, outras medidas que estavam prontas para seguir adiante se tornaram prioridade durante a pandemia. A ideia seria fazer com que o setor do petróleo permanecesse em ascendência, crescendo junto com a retomada da economia.

A primeira delas foi incluir a oferta de áreas offshore dentro do projeto de oferta permanente. Anteriormente, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) só tinha aprovado os *onshore* e as áreas que já tinham sido, de alguma forma, leiloadas

e devolvidas. Em claro avanço, passou a incluir todas as áreas, exceto aquelas do pré-sal, 200 milhas náuticas e o que já está previsto na 17ª e 18ª rodadas. Nessa linha, está em tramite a redução de royalties às empresas de pequeno e médio porte para 5%, algo que também vinha sendo estudado e trabalhado dentro do Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE). E, no momento em que essas pequenas empresas se encontraram em grande dificuldade por conta da Covid-19, tal possibilidade trouxe ânimo a vários projetos se tornarem, novamente, economicamente viáveis. O onshore, hoje, demanda muita mão de obra e é fundamental em algumas pequenas localidades que se tenha efetivamente essa exploração.

A ANP fez também algumas resoluções aumentando prazos, como na fase de exploração das empresas para nove meses, de auditoria, de sistema de monitoramento e para cumprimento de algumas regras, a exemplo da resolução de queima de petróleo e gás. Todavia, tratam-se de medidas que já estavam alinhadas com os objetivos de abertura de mercado, atração de investimento e segurança regulatória. Apesar de muitos pedidos tendenciosos para cada lado, foi possível manter essa coerência e as questões mais complexas continuaram sendo mais estudadas com o tempo.

Se o Brasil, efetivamente, quer chegar a ser um dos cinco maiores produtores de hidrocarbonetos do mundo, é necessário ainda reduzir custos e torná-lo lucrativo. Nenhuma economia, atualmente, pode se dar ao luxo de perder investimentos que tragam renda e emprego. A competição do Brasil é com outros países. Seguir nessa linha para buscar cada vez mais investimentos é fundamental, até para que o país saia da crise.

A PANDEMIA MOSTROU A REAIS POTENCIALIDADES

A energia elétrica está colocada na linha de frente da Covid-19. A Light, especificamente, vinha em uma trajetória bastante robusta, desde meados de 2019, com melhorias de resultados, de redução de custos operacionais e de energia, bem como a redução de contingências. No início deste ano, a trajetória já era com o motor aquecido para decolar e eis que surge a pandemia, colocou **Ana Marta Veloso**.

Passado o momento da perplexidade, a Light montou estrutura em três dias e hoje há uma força de trabalho de 1.500 pessoas trabalhando de casa e os outros 11 mil

funcionários na linha de frente mantendo a qualidade do fornecimento, mesmo durante a pandemia.

O impacto da pandemia nos resultados econômicos da empresa foi avassalador. Desde o seu início, a Light discute com o Governo, o Ministério de Minas e Energia (MME), o Ministério da Economia (ME) e com a própria agência reguladora sobre como lidar efetivamente com esse impacto gigantesco. O tamanho do impacto se reflete nos seguintes dados: no segundo trimestre de 2020, comparado ao segundo trimestre de 2019, houve uma queda de quase 17% no consumo. Isso espelha as mudanças ocorridas não apenas com o cliente comercial e o comercial de porte menor, como os restaurantes e as lojas que não abrem mais, mas também os grandes clientes comerciais, como shoppings e aeroportos.

O Governo se mobilizou e trouxe uma solução de caixa para o setor elétrico, conhecida como Conta Covid. Uma conta superior a R\$ 16 bilhões foi destinada às distribuidoras de energia, como é o caso da Light com mais de quatro milhões de clientes e mais de 11 milhões de pessoas abastecidas, para que pudessem pagar na cadeia as geradoras, as transmissoras, os encargos setoriais e os tributos.

Do ponto de vista regulatório institucional, o importante era a garantia da previsibilidade dos contratos, muito relevante para todo o setor de infraestrutura brasileira. Dessa forma, como é que o Brasil vai tratar o setor de infraestrutura nesse momento excepcional da pandemia? Haja vista sua relevância, torna-se importante que o setor de infraestrutura dê as mãos em torno de como essa questão será tratada. Isso é muito maior do que a Light, pois como a institucionalidade brasileira vai tratar essa questão da pandemia nos setores regulados? E qual o impacto nos investimentos futuros e infraestrutura que são tão necessários para o país?

A companhia está sobremaneira mais forte, mas ainda é necessário o endereçamento da questão do desequilíbrio econômico, que foi causado, em última instância, pela queda do mercado e pelo aumento da inadimplência, exclusivamente por conta da pandemia.

O NOVO MERCADO DE GÁS E O CRESCIMENTO ECONÔMICO

O assunto já vem sendo amadurecido e debatido desde 2016 com a iniciativa “Gás para Crescer”, passando pelo “Novo Mercado de Gás”, lançado oficialmente em 2019.

Este não foi aprovado em 2018 porque existia uma grande divergência com relação ao ponto específico sobre o consumidor livre, pontuou **Renata Isfer**.

Justamente nessa linha de concatenar, tentar trazer os interesses e de alguma forma trabalhar essas divergências para se chegar a algum resultado palpável, que é a forma de trabalhar desse Governo. Hoje, trata-se de um projeto que está pronto. A forma como essa discussão foi tratada demonstrou, efetivamente, o processo democrático: tentar tratar e compor para chegar a um resultado final.

O PL não é simples e trata de traçar o caminho para a reindustrialização. O que trará, efetivamente, a reindustrialização e a abertura de um mercado de gás, capaz de trazer competitividade, criar um efetivo mercado e, então, permitir que o mercado reduza o preço do gás. Atualmente, ocorrem muitas falhas na cadeia do gás natural, haja vista os monopólios, oligopólios, as questões tributárias, legislativas e regulatórias e agentes dominantes que, ultimamente, acabam elevando o preço por não existirem os incentivos regulatórios necessários para colaborar com um mercado livre.

COMENTÁRIOS FINAIS

O FUTURO SERÁ MAIS POBRE E MAIS TRISTE

O futuro guarda desafios de ordem política, econômica e energética. Superá-los não será fácil e exigirá um esforço colaboracionista que começou a ser experimentado durante a pandemia. Há, na pandemia, a possibilidade de reinvenção em vários sentidos. Para além dos desafios setoriais discutidos, existem os desafios para diversas carreiras também. Inclusive para as mulheres. As palavras chaves são esforço, comprometimento e dedicação. Tentar ver esse lado da coesão social e confiar no que está sendo feito para a sociedade como um todo. Toda sociedade tem que fazer um esforço muito grande e ter a confiança nas autoridades e nas instituições para construir um país melhor.

Na política, esses esforços estão no sentido da comunicação e na coesão pública em relação a como as decisões estão sendo tomadas. Adicionalmente, espera-se do governo o apontamento dos melhores caminhos para a saída da crise econômico-política, além dos caminhos relacionados ao planejamento energético coordenado que atenda às necessidades atuais e futuras.

Na economia, esses esforços se concentram em como levar o país adiante no pós-crise preservando a renda das famílias, tratando de diminuir a pobreza e a desigualdade social, buscando crescimento e desenvolvimento econômico.

No setor energético os desafios são inúmeros e de várias ordens. Alavancar a atratividade dos novos leilões de áreas de exploração, desenvolver o novo mercado de gás natural coadunando oferta e demanda, sacar adiante o programa de desinvestimentos da Petrobras – tão ansiado pelo mercado em termos de oportunidades – incrementar as atividades *onshore*.

A juíza da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, Ruth Bader Ginsburg (RBG), falecida recentemente, dizia que as mulheres pertencem a todos os lugares onde as decisões são tomadas. Ruth dedicou boa parte de sua carreira a dar visibilidade para uma questão muitas vezes ignorada: a desigualdade de gênero. E, à medida que as mulheres passam a exercer seu lugar de fala, as barreiras caem. Passamos a ter cada vez mais mulheres fazendo mais coisas, e cada vez mais meninas acreditando que podem ser o que elas quiserem. E toda a sociedade se beneficia com isso. O desafio é energético, é político, é econômico e feminino também. Mas isso tudo não entra em conflito. Tudo é possível.